



responsável deve respeitar as metas climáticas globais e contextualizá-las às realidades socioeconômicas e ambientais de cada nação.

Trata-se de um processo complexo, que exige equilíbrio na forma de ofertar e utilizar energia, de modo a preservar a segurança energética, frente ao crescimento da demanda esperada com a eletrificação da mobilidade e com a implantação de data centers e de plantas de hidrogênio, entre outras mudanças que devem ocorrer no Brasil no médio e longo prazo.

De fato, a transição para uma economia de baixo carbono não pode prescindir totalmente do uso de combustíveis fósseis, visto que, como apontado pela EPE em seu relatório, “o futuro descarbonizado não é um futuro sem hidrocarbonetos”.

Adicionalmente, o Brasil tem sido protagonista no uso de fontes renováveis e no investimento para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na exploração, produção, refino, transporte e uso de combustíveis fósseis. Com isso, no setor energético mundial, o Brasil foi responsável, em 2022, por cerca de 1% das emissões globais de GEE. China, EUA, Índia, Rússia e Japão, juntos, foram responsáveis por quase 60% das emissões relacionadas à energia.

Sendo assim, exigir que a energia elétrica utilizada por novas empresas instaladas em ZPEs seja proveniente exclusivamente de fontes renováveis, cuja geração é essencialmente variável, pode gerar efeito contraproducente, reduzindo a competitividade ou mesmo inviabilizando negócios e indústrias que dependam de uma oferta de energia firme e constante, como é o caso de data centers, que demandam energia firme 24 horas por dia.

Nesse sentido, para assegurar o pleno atendimento ao interesse público e efetivamente contribuir para o cumprimento dos compromissos ambientais do Brasil como a redução das emissões de gases de efeito estufa, é fundamental que a legislação permita alguma flexibilidade e espaço para a acomodação dos diversos arranjos produtivos, principalmente que viabilizem oferta firme de energia para as atividades previstas nesta MP.



Por essa razão, é essencial emendar a redação do inciso VI, acrescido ao art. 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Sala da comissão, 6 de agosto de 2025.

Deputado Junio Amaral
(PL - MG)

